



CEMAR É CONDENADA POR DUMPING SOCIAL e pagará indenização a terceirizados da Agrasty, de Bacabal

Trabalhadores obtiveram vitória em Ação Civil Pública de terceirização na CEMAR, relativo a mão de obra da empresa Agrasty, de Bacabal. A decisão de segunda instância foi relatada pelo Desembargador Américo Bedê, que concedeu indenização por danos materiais aos trabalhadores, em relação as diferenças entre direitos recebidos e direitos constantes nos acordos coletivos de 2009 a 2013.

A ação foi ajuizada em 2014 pelo Sindicato dos Urbanitários e já havia obtido vitória em primeira instância, quando o juiz, apesar de não reconhecer o vínculo porque não havia mais trabalhadores da Agrasty na Cemar, condenou a empresa a pagar indenização por **dumping social** no valor de R\$ 1 milhão de reais.

Na decisão de segunda instância, esse valor referente ao dano moral coletivo foi reduzido de R\$ 1 milhão para R\$ 100 mil.

Existem várias outras ações com o mesmo objeto em diferentes regiões do Estado. A decisão comprova que boa parte dos lucros da Cemar se dão às custas do sacrifício do trabalhador e do consumidor maranhense. Em troca, a ANEEL quer apresentar a Companhia com novo reajuste tarifário de 20%.

O que é *dumping social*

Segundo texto publicado na página do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o *dumping social* “caracteriza-se pela conduta de alguns empregadores que, de forma consciente e reiterada, violam os direitos dos trabalhadores, com o objetivo de conseguir vantagens comerciais e financeiras, através do aumento da competitividade desleal no mercado, em razão do baixo custo da produção de bens e prestação de serviços...Várias são as práticas que podem configurar o *dumping social*, como o descumprimento de jornada de trabalho, a terceirização ilícita, inobservância de normas de segurança e medicina do trabalho, entre outras.”

SE VOCÊ CONHECE ALGUM COMPANHEIRO(A) DA AGRASTY QUE TRABALHOU NA CEMAR, AVISE E ORIENTE PARA PROCURAR O SINDICATO DOS URBANITÁRIOS.

Reunião Bimestral Não vamos desistir!

O Acordo Coletivo de Trabalho prevê Reuniões Bimestrais entre Cemar e STIU-MA para tratar de pendências, descumprimentos e desacordos nas relações de trabalho e no próprio ACT.

O STIU-MA solicitou a referida Reunião, mas não obteve resposta da Cemar, que, como sempre, tenta evitar o diálogo e o debate acerca das demandas e necessidades dos trabalhadores, mas não vamos desistir. Vamos cobrar o agendamento e, tão logo, tenhamos novidades, informaremos a categoria.

Tarifa de energia elétrica

**AUMENTO DE QUASE 20% É
100% DE DESRESPEITO COM
O POVO DO MARANHÃO**

DIGA NÃO!

Participe da Audiência Pública da ANEEL sobre reajuste da tarifa da Cemar e qualidade dos serviços.

Dia 06 de julho - 14 hs - na UNDB
(Renascença/Próximo ao Tropical Shopping)

Veja matéria sobre esse tema no verso →

Reajuste tarifário: luta em defesa do consumidor tem vários parceiros

Audiência na Assembleia Legislativa demonstrou união contra reajuste abusivo

O reajuste de quase 20% na tarifa de energia do Maranhão tem sido objeto de debate nas últimas semanas, após um grande esforço do Sindicato dos Urbanitários de divulgar e denunciar o bote que a ANEEL, junto com a Cemar, prepararam para o povo do Maranhão.

Esta será a quarta Revisão Tarifária Periódica da Cemar, prevista no contrato de concessão e calculada pela ANEEL, para ser praticada a partir de agosto deste ano. E a Agência Reguladora age, mais uma vez, como uma mãe para o Grupo Equatorial, uma vez que Cemar e Celpa teriam as tarifas mais altas do País.

O Sindicato acionou parlamentares, Governo do Estado, Justiça, organizações sociais e empresariais denunciando o reajuste abusivo e demonstrando lucros e resultados da Cemar contrastantes com a qualidade da prestação de serviços e o tratamento dado aos trabalhadores da empresa. O resultado

foi a criação de uma grande corrente que pede por bom senso e justiça e unifica os poderes, os órgãos de defesa do consumidor e a sociedade em geral.

Como resultado desse esforço, a Audiência Pública da ANEEL, marcada para 14 de junho, sem a devida divulgação, foi suspensa pela Justiça na hora de sua realização. Em seguida, o deputado Wellington do Curso requereu, com apoio dos deputados Bira do Pindaré e Eduardo Braide, uma audiência pública na Assembleia Legislativa, realizada no dia 28 de junho, onde duas coisas ficaram explícitas: a defesa incondicional da Cemar pela ANEEL, agência que deveria regular e fiscalizar a prestação do serviço e a rejeição de todos os setores ao aumento abusivo da tarifa de energia.

Participaram da Audiência André Nóbrega (ANEEL); Augusto Dantas (Cemar); Fernando Pereira e Guilherme Zagallo (Presidente e

Assessor Jurídico do STIU-MA, respectivamente); Duarte Jr. (Procon); Luís Otávio (Defensoria Pública); Ministério Público Federal e Estadual; Ver. Chaguinha (Câmara Mun. de SLZ); Os deputados Fábio Braga, Wellington, Braide, Bira do Pindaré e Adriano Sarney; além de representantes dos movimentos sociais e consumidores.

Depois de exaustiva apresentação da ANEEL, que durante quase duas horas se justificou e elogiou a Cemar, restou ao representante da Cemar, pouco tempo e pouca informação a ser explanada. Todos os demais se manifestaram questionando o aumento, considerando o percentual completamente abusivo. O advogado do STIU-MA, inclusive, desconstruiu vários aspectos abordados pela ANEEL.

Hoje, 06 de julho, às 14 horas, no auditório da UNDB, temos mais uma etapa dessa luta contra o reajuste abusivo de 20% na tarifa.

PPR

É SEMPRE TEMPO DE REFLETIR E DEFENDER DIREITOS

O Sindicato não tem o número exato de trabalhadores e trabalhadoras que deixaram de receber a PPR em 2017, mas estima que cerca de 300 pessoas deixaram de receber a bonificação. Estamos acompanhando o processo na medida do possível, cobramos que as regras fossem cumpridas e, acima de tudo, se fizesse justiça com aqueles que dão “sangue e suor” para cumprir metas e gerar lucros e resultados astronômicos para a Cemar.

Importante lembrar que a nossa força de trabalho rendeu, nos últimos dez anos, R\$ 1,22 bilhão de dividendos aos seus acionistas e R\$ 42,2 milhões em bônus aos seus diretores. Em troca, temos reajuste salarial suado no índice da inflação e a incerteza de recebimento da tímida participação nos resultados, que é destinada aos trabalhadores.

O Sindicato avisou...

Durante a Campanha Salarial 2016, o STIU-MA defendeu a ideia de desvincular a negociação do PPR da negociação do Acordo Coletivo, porque é um tema que exige discussão específica para um Acordo à parte.

A Cemar decide tudo unilateralmente, não quer discutir as bases e as metas do programa, que ficam maiores e mais difíceis a cada ano, num sistema que massacra e penaliza os trabalhadores e trabalhadoras. Na prática, já dissemos e repetimos: falta acompa-

nhamento, falta divulgação dos índices e metas no início de cada exercício, como previsto no parágrafo 2º do aditivo, falta avaliação do comportamento do índice em caso de não atingimento pelo grau de dificuldade ou inexecuibilidade, falta flexibilidade para avaliar a conjuntura e os fatores que não estão sob gestão dos trabalhadores...falta bom senso e justiça.

Por fim, a empresa alterou indicadores de forma unilateral para atender interesses da diretoria.

O STIU-MA insistiu e insiste: o Programa precisa ser reavaliado, negociado com cuidado, a partir de um debate sincero e produtivo, por isso insistimos na Assembleia Final da Campanha Salarial passada pela aprovação da proposta da Cemar com a condição de desvincular a negociação do PPR, para evitar que os companheiros e companheiras fossem novamente lesados, como aconteceu em 2016 (PPR 2015).

Em função da grande pressão e intimidação da Cemar, além do anseio de receber o tíquete extra antes do Natal, a maioria aprovou a proposta como a Cemar queria e muita gente está sendo vítima das consequências agora. A história se repetiu.

A Campanha Salarial 2017 está chegando. Vamos, desde já, refletir e aprender com o erro: quem está do nosso lado e defende nossos interesses é o Sindicato. Diretor e gerente de Cemar defendem seus próprios bônus.